

O Lugar da ‘Tragédia’: a percepção do ambiente em um bairro friburguense atingido pelo desastre de 2011¹

Maria Suellen Timoteo Correa (PPGA-UFF/RJ)

Resumo

Este artigo é fruto de minha pesquisa de mestrado construída através do trabalho de campo realizado ao longo de 2014 no bairro Córrego D’Antas, em Nova Friburgo, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Alguns de seus moradores e trabalhadores foram observados nas suas relações entre eles, com o Estado e na sua condição de vítimas, sejam parentes ou conhecidos das vítimas do desastre ocasionado por grande volume de chuvas, enchentes e deslizamentos ocorridos em janeiro de 2011 na localidade. A pesquisa priorizou a observação e o acompanhamento das ações e movimentos voltados à reconstrução do bairro, destacando as iniciativas da sua Associação de Moradores.

Na etnografia foram descritos e analisados dramas, representações, sociabilidades, estratégias e conflitos nas ações e participações, interligando-os à categoria “tragédia” de 2011. A análise permeou vários atores envolvidos na reconstrução, mas o foco foi direcionado aos moradores que participaram ou dialogaram com a Associação, além das suas relações com outras instituições. Vale destacar que a maioria destes atores considera seu envolvimento a partir de 2011.

Com a observação das situações de campo, algumas percepções e categorias dos moradores sobre o bairro, a catástrofe e a política foram levadas em conta, além de uma análise inicial do funcionamento de associações e do Estado. Para tanto, a “tragédia” como “evento crítico” e sua questão imagética no bairro foram tomadas como ponto de partida para a participação desses atores. Com isso, neste artigo foi possível estabelecer ligações entre a construção social do lugar e o impulso da ação dos atores em prol da luta pela reconstrução do bairro, tomando como instrumentos reflexivos conceitos, entre outros, como “lugar-trauma”, “territorialização” e “desterritorialização”.

Na presente produção, o recorte se dá nas potencialidades dos cenários do bairro e sua destruição relacionadas às memórias anteriores e percepções do ambiente pelos moradores e como estas foram envolvidas na política do bairro e de sua reconstrução, assim como nos diversos elementos envolvidos nos engajamentos dos moradores. Um exemplo destes elementos será apresentado, a partir de um episódio envolvendo os moradores e a prefeitura a partir do Plano Diretor da cidade.

Por fim, a ideia é apresentar o ambiente em constante construção (e até mesmo agência), assim como os atores que, imersos nos fluxos dos materiais, reposicionam-se e reformulam a percepção sobre esse ambiente. No caso desses moradores, a reformulação e percepção perpassaram pela participação política de diversas maneiras.

Palavras-chave: desastre; reconstrução; associação de moradores.

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

A “tragédia” e seus fluxos

Em janeiro de 2011, entre os dias 11 e 12, a região serrana do Rio de Janeiro e municípios vizinhos sofreram o que foi considerado por estudiosos de fenômenos naturais e pela grande mídia o maior desastre natural já ocorrido no Brasil, como apresentado posteriormente.

Municípios como Bom Jardim, Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis sofreram com fortes e constantes chuvas ocorridas nesses dias, as quais levaram a cheias dos rios e deslizamentos de terra e pedras, em muitos lugares descritos como violentas avalanches, matando mais de 900 pessoas e deixando 12.768 desabrigados (os que perderam suas casas) e 23.315 desalojados (aqueles momentaneamente impedidos de voltar para casa) em toda a região, segundo relatório do Ministério do Meio Ambiente (2011)².

Em Nova Friburgo foram 3.220 desalojados e 2.031 desabrigados, além de mais de 426 vítimas fatais (O GLOBO, 27/01/2011)³. Essas consequências na cidade não aconteceram de maneira muito diferente em um de seus bairros, o Córrego D’Antas. Assim como Nova Friburgo foi considerado o município mais impactado pela tragédia, conforme Relatório de Inspeção do Ministério do Meio Ambiente (2011)⁴, assim o foi o bairro, tendo grande parte de suas casas, indústrias e comércio atingidos. Na época, em várias matérias do jornal “A Voz da Serra”, sendo este o de maior circulação no município, foi apresentada a gravidade da destruição no Córrego D’Antas, “um dos bairros mais gravemente afetados”⁵ de Nova Friburgo.

A localidade sofreu enchentes com correntezas, deslizamentos de terra e pedras causando grande destruição. Outras tristes consequências ocorreram, conhecidas a partir dos relatos dos moradores que entrevistei, sobre a noite e madrugada dos dias 11 e 12 de janeiro de 2011, além de seus dias subsequentes. Foram relatos densos e marcantes, alguns destes apresentados na dissertação (CORREA, 2015)⁶.

² Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/relatoriotragediarj_182.pdf> (Acesso em 27/11/2014).

³ Não há um número oficial de mortos só no Córrego D’Antas.

⁴ Relatório. “Área atingida pela tragédia das chuvas da Região Serrana do Rio de Janeiro”. Ministério do Ambiente e Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília, DF, 2011. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/relatoriotragediarj_182.pdf (acesso em 27/11/2014).

⁵ Matéria de Bruno Pedretti, de 30/08/2014. Disponível em <http://www.avozdaserra.com.br/> (acesso em 28/11/2014).

⁶ Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/316286100/A-POLITICA-NO-DESASTRE-EM-NOVA-FRIBURGO-RJ-uma-analise-da-participacao-de-moradores-na-reconstrucao-do-bairro-Corrego-D-Antas> (acesso em 20/06/2016).

O desastre de 2011 em Nova Friburgo, especificamente no Córrego D'Antas, foi descrito e considerado em minha etnografia como um “evento crítico”, nos termos analíticos de Veena Das (1995), a partir do entendimento de um evento que apresentou transformações repentinas e drásticas na vida das pessoas e nas relações entre estas e o Estado contemporâneo. Veena Das não estuda diretamente os eventos, mas as ações, relações e categorias que foram sendo transformadas e construídas a partir de casos ocorridos na Índia⁷ e como essas transformações estavam ligadas às relações políticas.

Os eventos críticos podem ser entendidos como acontecimentos que trazem imediatamente e a posteriori grandes mudanças à vida das pessoas, a ponto de empurrá-la para terrenos imprevisíveis, como transformações e sofrimentos inesperados. São eventos que impregnam a cotidianidade das pessoas, condensando mudanças em códigos, concepções e práticas das mais variadas esferas da vida social, como a da política. São, portanto, fatos históricos ligados a novos modos de ação e a reconfigurações de categorias e pensamentos:

“Isso é que, depois dos eventos de que falo, novos modos de ação surgiram redefinindo categorias tradicionais, tais como códigos de pureza e honra, o significado do martírio, e na construção de uma vida heroica. De igual modo, as novas formas foram adquiridas por uma variedade de atores políticos, tais como grupos de castas, comunidades religiosas, grupos de mulheres, e da nação como um todo. Os terrenos em que esses eventos foram localizados são entrecruzados por diversas instituições, movendo-se através da família, da comunidade, burocracia, tribunais de justiça, a profissão médica, o estado, e multi-corporações nacionais. A descrição desses eventos críticos ajuda a formar uma etnografia que faz uma incisão em cima de todas essas instituições em conjunto, para que suas implicações mútuas nos eventos estejam em primeiro plano durante a análise”. (DAS, 1995:6. Tradução minha)

Como apresentado acima, os eventos críticos têm uma aparição inesperada, no sentido de “apanhar” as pessoas e instituições de maneira desprevenida, sendo, portanto, compreensíveis as mudanças que se apresentam posteriormente a esses episódios. De modo que o foco da análise antropológica não é somente nas possíveis qualidades do evento, mas nas relações que os atores estabelecem com o mesmo.

⁷ Os acontecimentos usados pela antropóloga como pano de fundo para essas questões teóricas foram o acidente químico em Bhopal, a Partição da Índia (e Paquistão), dentre outros.

Retomando as chuvas de janeiro de 2011 na Região Serrana Fluminense, a considereirei um evento crítico, na medida em que instituiu novas modalidades de ação no curso cotidiano dos mais variados atores, como em instituições oficiais – sendo exemplos a Defesa Civil, Prefeituras, Governos estadual e federal, dentre outras - que tiveram que coordenar, planejar e tomar medidas de acordo com um desastre na proporção e imprevisibilidade que foi, sem se ter registro de algo parecido na história da região, assim como na população civil, a partir de suas instituições e ações, nos seus perfis e vivências, quando buscam e reivindicam estratégias de reconstrução de suas vidas e de outros interesses.

Essas novas modalidades de ação e “novas formas” adquiridas se dão a partir de espaços e atores que já existiam e agiam – como no caso da Associação de Moradores do Córrego D’Antas – mas a partir de gestões e participações diferenciadas, de acordo com as novas demandas e desafios, além de estratégias reformuladas, ou seja, ações, relações e construções voltadas para, ou a partir de, um evento da magnitude de destruição e visibilidade que foi o desastre ocorrido com as chuvas e todas as suas consequências e particularidades.

Além da categoria analítica descrita anteriormente, pude construir uma análise em torno da categoria nativa “tragédia”. Ao chegar ao campo (e mesmo por toda a cidade) foram visíveis e recorrentes os acionamentos do desastre e suas consequências enquanto “tragédia” e da sua memória, impregnados na vivência cotidiana das pessoas, no ‘morar’ e ‘viver’ das mesmas no bairro, nas suas interações e sociabilidades, muitos dos quais reformulados e ressignificados. Muitas modificações ocasionadas com as chuvas encontravam-se relacionadas às mudanças e reformulações de valores, ideias e práticas, assim como às reafirmações de outras subjetividades. Portanto, o evento crítico “tragédia” foi um evento e manifestação que afetou a vida dos moradores em diversos âmbitos, alguns dos quais serão brevemente descritos a seguir.

Em entrevistas e conversas com moradores do Córrego D’Antas, a maioria atribuiu os acontecimentos desastrosos no bairro direta ou indiretamente à participação política iniciada pelos mesmos no bairro, como na participação do corpo diretivo da instituição, ou no comparecimento às reuniões e assembleias da associação, ou em outros eventos ligados à reconstrução do bairro, como mutirões de construção e limpeza de casas e ruas, reuniões com o INEA, a Prefeitura Municipal, Defesa Civil, dentre outros.

Diversas falas foram apresentadas sobre como os moradores passaram a pensar mais sobre a natureza, o bairro, os vizinhos, a política, a participação e a “luta” por direitos e pelo bairro a partir da tragédia e de tudo o que tiveram que fazer nos primeiros dias após as chuvas.

Para além dessas observações, a tragédia pode ser considerada um acontecimento que, não obstante sua condição simbólica e social,⁸ foi um evento ligado a movimentos e devires do mundo em que estamos submersos, os quais são dotados de potências e trajetórias que vão além de uma perspectiva semiótica, tomando como base as reflexões de Tim Ingold sobre o ambiente (2000 e 2001).

A tragédia não é vista somente a partir de suas qualidades e efeitos isolados, tampouco somente a partir das relações que os atores construíram e reconstruíram a partir desta. A presente análise, portanto, busca pensar na participação de reconstrução dos moradores a partir da percepção destes com o meio, no sentido da sua forma de “*estar no mundo*” (Idem, 2000:173), relacionado com o evento crítico que é transpassado por múltiplos elementos.

Em alguns momentos foi possível, ainda, ouvir de moradores sobre a tragédia, enquanto dotada de intencionalidades e ações, como no caso da moradora, uma das secretárias da associação de moradores, quando afirmou: “*a tragédia não escolheu rico, pobre, negro, branco (...), ela atingiu o que tinha que atingir*”. Ou na fala de outra moradora, quando, referindo-se ao desastre, disse: “*quando a coisa vem, a gente não sabe*”⁹.

Imagens e memórias

Ao longo do trabalho de campo, ao percorrer lugares e cenários do bairro, em muitos momentos registrei-os através de fotografias. Também tirava fotos das situações de diálogos e dos atores nas assembleias, reuniões e eventos, assim como registros fílmicos. As filmagens e fotografias produzidas durante a pesquisa no campo serviram

⁸ Com o cuidado do uso do termo social, considerando as críticas de Latour (2012) sobre o mesmo, me refiro ao desastre enquanto evento social ao levar em conta as construções histórico-sociais dos riscos e das vulnerabilidades ao longo do tempo que contribuíram com o evento das destruições, mortes e perdas. Apresento essa desnaturalização dos desastres tido como “naturais”, abarcando também essas relações situacionais (CORREA, 2015).

⁹ Os nomes dos moradores foram suprimidos nesta produção, mas podem ser detalhadamente visualizados e conhecidos na dissertação.

como registro e fonte material, principalmente nas entrevistas que realizei com os moradores.

Além das fotos e entrevistas que julgava necessárias, utilizei a câmera a pedido de moradores para registrar partes do bairro ainda com problemas, para entrar com alguma denúncia na justiça, para exemplificar algo que tinham me relatado, entre outras solicitações. Foi possível, portanto, utilizar estas imagens produzidas como “*um ponto de partida para uma reflexão antropológica*” (GURAN, 2011:80-81).

Para contribuir com a análise, elaborei um corpus fotográfico, com material produzido durante a pesquisa e antes mesmo dela, pelos moradores e outros atores. Além da constituição do corpus e da produção da fotografia para auxiliar a análise, foi também útil na dissertação “*a articulação entre texto e foto visando à construção de um discurso científico*” (Ibidem: 81).

No entanto, mais do que o discurso científico, a ideia foi entender as relações dos moradores com as imagens do bairro após o desastre (muitas analisadas posteriormente ao campo, a partir das fotos as quais produzi, quando pude me distanciar e desnaturalizar cenários destruídos do bairro que não conhecia anteriormente), considerando o cenário cotidiano dos mesmos mais as imagens de natureza “*êmica*”, registradas e apresentadas pelos próprios moradores, seja nas entrevistas, ou no site da associação.

Logo no início da minha pesquisa, a partir do interesse no bairro e na sua associação de moradores, pude ver inúmeras fotos que mostravam em primeiro plano a destruição causada pelas chuvas, as mudanças em pontos do bairro vistas em plano aéreo e de satélite do Google Maps (o usual “antes e depois”) além dos deslizamentos e do curso modificado da água do córrego, fotos dos moradores ajudando uns aos outros, seja no resgate das vítimas durante o desastre, ou nos mutirões de reconstrução num momento posterior.

Essas fotografias expressam mais do que uma “*identidade social do grupo em questão*” (Ibidem: 82). No caso desta pesquisa, essas dão pistas sobre as percepções ou as formas como os sujeitos ou grupos sociais percebem e se relacionam com determinados aspectos do ambiente e de suas vidas.

Durante as entrevistas, alguns residentes me mostraram fotos de ruas e quintais antes da tragédia e de como ficaram depois, além de fotos de familiares vítimas e de pessoas do bairro. Lembro-me de uma moradora que, após me conceder uma entrevista emocionada, trouxe uma foto de seu sobrinho e cunhado, mortos em um desabamento de

terra em 2011. Era como se a foto trouxesse lembranças das pessoas e, ao mesmo tempo, comprovasse para mim a ausência delas.

Neste trabalho, o que se pode evidenciar e analisar não é uma imagem em si ou uma suposta universalidade da mesma (WOLF, 2005), tampouco o que ela pode suscitar apenas. A ideia é pensar na relação das pessoas com estas imagens, que por sua vez estão ligadas a cenários materiais em movimento, pois não necessariamente presos a um tempo e espaço. Além disso, essas imagens podem possuir substância própria também (INGOLD, 2001: 146).

**Fotografia 1: Quintal de uma casa demolida
em uma das principais ruas do bairro - Luis Schottz**



Fonte: Acervo pessoal (06/2014)

O intuito de pensar em como essas imagens - seja em fotos dos moradores, em jornais e sites, seja na própria paisagem real - permeiam o cotidiano dos moradores e como os mesmos lidam e reagem a partir dessa mudança de cenário foi uma das questões apresentadas no meio do trabalho de campo e que depois orientou o restante dele. As imagens são também uma forma de narrar parte da vida cotidiana e o próprio ambiente. Elas contribuíram para que eu pudesse obter mais subsídios sobre as relações dos atores com os problemas apresentados na tragédia.

A partir disto foi possível pensar os cenários do Córrego D'Antas a partir do conceito de "*lugar-trauma*". Esse termo é apresentado por Fábio Araújo, ao observar

uma favela em Acari como um lugar marcado pela ocorrência de eventos críticos e “*experiências traumáticas*” (ARAÚJO, 2007:121), no seu trabalho sobre a atuação das mães dos jovens mortos na Chacina de Acari.

O Córrego D’Antas foi também marcado por imagens que apresentam estas experiências, como as mudanças físicas de lugares, vizinhanças, espaços de sociabilidade, dentre outros.

A mudança física do bairro, ligada às áreas naturais – como rochas riscadas pelos deslizamentos - também se relaciona com uma série de mudanças nas áreas com intervenção humana mais aparente:

“A infra-estrutura urbana foi profundamente afetada. Galerias de águas pluviais entupiram, toda a rede de esgoto e de abastecimento d’água foi danificada, postes foram arrancados e ruas ficaram totalmente interditadas prejudicando serviços básicos como fornecimento de eletricidade, serviços de telefonia, conexão de internet, coleta de lixo, transporte público, etc” (AMCD, 2011).

O que se via em várias partes do bairro (a partir de relatos do site da associação e de moradores nas entrevistas) era um cenário de destruição, distanciamento do Poder Público, “abandono”, riscos, preocupações e memórias que acompanham o dia a dia no bairro e impregnam as vivências, ações e relações entre os moradores. Esse cenário acaba por aproximar essas pessoas em relação às mudanças na sua visão sobre as chuvas, o medo, o risco da morte, a imprevisibilidade dos fenômenos naturais, aspectos que são, no entanto, interpretados das mais diversas maneiras pelas vítimas.

A mudança física no bairro, exemplificada em uma área onde havia casas e que uma moradora atualmente utiliza como uma espécie de área de serviço, além de despertar periodicamente lembranças sobre o evento e suas consequências aos moradores, também destrói e modifica um cenário de lembranças construído antes do ocorrido. Sobre essas lembranças, o morador presidente da associação afirmou em entrevista:

“O bairro, ele foi desfigurado. (...) foi como se o registro físico da minha história... foi-se embora. Eu não tenho como levar meu filho e falar: olha, tá vendo aqui esse rio, aqui? Eu tomava banho aqui nesse poço, o poço sumiu, a pedra que eu pulava sumiu, a ruazinha que a gente andava sumiu”.

Uma consequência dessas experiências traumáticas no Córrego D'Antas pode ser atestada como o medo que alguns moradores passaram a ter. Sobre o que afetou em sua vida, a secretária da associação contou:

“O medo que eu não tinha e passei a ter. Qualquer chuva eu fico desesperada, não por mim, mas mais pelas crianças, não é, de repente eles estarem na escola, como teve um episódio, no ano passado, começou a tocar todas as sirenes, chovendo muito, e você largar tudo e sair correndo para buscar sem ter a noção do que você vai encontrar pelo caminho”.

Além dela, outros moradores também contaram sobre seus medos. Uma moradora mais antiga no bairro, por exemplo, contou das dificuldades que depois de 2011 ela tem para dormir, quando há algum barulho, como fogos de artifício, referindo-se a uma festa no bairro, quando alguns moradores soltaram fogos e ela, com o susto, não conseguia dormir e ficava com medo.

As imagens no Córrego D'Antas, além de remeterem aos traumas e às experiências dolorosas dos moradores, podem expressar, a partir da sua percepção, uma não reconstrução do bairro anos depois do ocorrido, ao apresentarem casas ainda destruídas, ou com marcas e avarias aparentes.

Os cenários também podem apontar um distanciamento e até mesmo uma ausência do poder público, ao apresentarem imagens de pontes improvisadas pelos moradores, locais públicos sujos de lama seca e dura e ainda à espera de limpezas e obras. Ou, ainda, podem levar à ideia de uma presença negativa das instituições políticas estatais, ao proporcionarem imagens de casas marcadas para a demolição, por terem sido taxadas em áreas de risco ou para a implementação de projetos (ambos questionados pelos moradores).

Uma confirmação dessas expressões se deu nas vezes em que os moradores me pediram para tirar fotos de determinados lugares, para ver o que a prefeitura não tinha feito ainda, ou para ver o que o governo estadual andava fazendo com os moradores que tiveram suas casas marcadas na margem dos rios, ou ainda, sobre imagens que denunciavam o “descaso” dos governos, como já descrito anteriormente.

Fotografia 2: “Pinguela” construída pelos Moradores para a passagem entre os dois lados do bairro



Fonte: Acervo pessoal (11/2014)

Conforme afirmado anteriormente, as fotos foram recursos constantemente utilizados pelos membros da associação - como é possível perceber no seu site,¹⁰ a partir das muitas fotos com imagens da tragédia e destruição ao longo do bairro, a fim de evocar e incluir o evento na luta pela reconstrução, na medida em que as imagens denunciam ocorrências na tragédia e problemas que ainda não foram solucionados e causam transtornos à vida das pessoas.

A tragédia, portanto, mostrou-se presente a partir da percepção imagética do bairro enquanto “*lugar-trauma*”. A forma como as imagens do caos, dos resgates, do cenário destruído do bairro e dos mutirões, em 2011, foram acionadas por alguns moradores nas entrevistas e em outros momentos, ou no próprio site da associação de moradores, traz reflexões sobre essa percepção e sobre como essas imagens puderam servir de um recurso para sensibilização e engajamento, seja para os próprios moradores, ou para quem é de fora do bairro, como pesquisadores, mídia, órgãos e gestores públicos. Também confirmam a ideia de que a luta política e os engajamentos estão intimamente

¹⁰ Disponível em <https://corregodantas.org/> (acesso em 18/06/2016).

ligados à percepção e vinculação das pessoas aos materiais e à fluidez da vida, que vão além das linguagens e interpretações¹¹.

Segundo um dos moradores dos quais entrevistei, “*a natureza mudou muito no Córrego D’Antas*”. Este morador apresentou um relato muito emocionado ao falar da “*natureza no bairro*”. Quando perguntei sobre as mudanças mais visíveis para o mesmo, este, em prantos, disse que a tragédia “*machucou muito a natureza. A gente fica triste com isso [choro] por que a gente tem um amor gigante pela natureza*”.

A natureza para ele é um elemento tão importante para a vida que, de uma maneira afetiva, demonstrou a percepção do ambiente indo além de uma distinção natureza/cultura, criticada por Latour (2001).

Em muitos momentos do campo (e até mesmo em relatos de jornais e em discursos públicos) a natureza também foi tratada com agência ou um elemento da vida a se respeitar. Para muitos, o desastre ocorreu por que não se respeitou ou manteve devidamente a natureza, ou o “*cenário natural*” na cidade. Este último morador disse que a lição que as pessoas tiveram depois do evento crítico é que é preciso “*cuidar*” e “*participar da terra onde a gente mora*”. Assim também para o morador presidente da associação, que afirmou que é preciso “*respeitar a natureza*”.

Outras mudanças e reformulações traumáticas podem ser ligadas às ausências de pessoas no bairro – seja pela morte ou pela mudança do bairro – ou de imagens que comportavam casas, comércios ou cenários ligados a um cotidiano e sociabilidades modificados “*de um dia para o outro*” após as chuvas.

O cenário físico modificado também traz lembranças que incitam sentimentos. A ausência de casas, que antes da tragédia faziam parte da vizinhança, faz uma moradora, ao abrir sua janela, lembrar das pessoas que ali moravam e foram embora de alguma

¹¹ Além da questão imagética, outros apontamentos podem ser somados ao envolvimento e engajamento dos moradores na reconstrução do bairro, como o “*resíduo histórico*” (TURNER, 2008) das lutas anteriores ao desastre de 2011 existentes no bairro, relacionadas às gestões anteriores da associação de moradores. As lideranças antigas do bairro (sobretudo das décadas de 80 e 90), as famílias e atores que de alguma maneira contribuíram com a construção do bairro e as memórias relacionadas aos mesmos foram valorizadas e acionadas nessa luta pela reconstrução. Além das memórias apresentadas, as demandas e problemas ocasionados a partir das chuvas de 2011, e a forma como eram sinalizados nas reuniões, conversas e entrevistas, também apontam a presença expressiva e corriqueira do desastre na vida dos moradores, os quais lidaram de forma a reconhecê-los como problemas públicos e a partir destes foram para a esfera do associativismo para resolvê-los e entrar na arena. (CORREA, 2015). No entanto, por conta da especificidade do olhar nesta produção, não serão aprofundados.

maneira: “*peças amigas que a gente nunca mais vai ver, a gente não teve nem chance de se despedir daquelas pessoas*”.

Sobre as ausências, vale destacar que até mesmo essa mudança no cenário, que antes possuía casas que no dia seguinte ao 11 de janeiro deixaram de existir, pôde incutir novas relações, sentidos e sentimentos. Rebeca Empson, ao analisar aspectos da vida social mongol a partir do conceito de fortuna, chama a atenção para as relações que passam a existir, a partir de elementos ou objetos deixados (no caso da sua pesquisa, propositadamente) na ausência das pessoas (2007). A partir da ausência de casas, comércios e carros, por exemplo, outras relações foram sendo construídas e os pontos de referência reformulados ou acionados na memória (POLLAK, 1989: 7) de maneira dinâmica¹².

Várias partes do bairro com casas destruídas, com escombros e marcações da Defesa Civil certamente transmitem essa ausência de moradores e alteram o sentido de vizinhança, levando a novas relações e sentimentos como gratidão, saudade, além de impulsionarem outras posições no bairro e até mesmo no engajamento pela sua reconstrução.

Uma moradora de uma localidade mais afastada do bairro, em entrevista me contou que depois da tragédia e da morte e mudanças de alguns moradores do bairro, alguns vizinhos parentes dos ausentes que não se cumprimentavam passaram a se falar todos os dias. Esse exemplo pode ilustrar o que Empson diz sobre a separação. O que para os mongóis é fundamental para construir ou manterem relações, no presente caso contribuiu para o mesmo: “*separando a fim de conter*” (Idem, 2007: 127).

¹² A ausência também pode ser atestada a partir de objetos deixados por pessoas mortas ou que se mudaram do bairro.

Fotografia 3: Área da vizinhança onde existia uma residência, demolida e limpa



Fonte: Acervo pessoal (06/2014)

Outra moradora contou que, devido à destruição e perdas no Córrego D’Antas, muitos moradores tiveram que sair do bairro, afetando uma característica do lugar:

“Ah, mudou muita coisa, não é, as pessoas que moravam aqui desde crianças, e se vendo obrigadas a sair do seu local, onde construíram com tanta dificuldade. (...) mudou a característica do bairro, que era um bairro com mais pessoas e muita gente foi embora com isso. E eles começaram a visar muito a área industrial”.

O presidente da associação, ao explicar sobre mudanças que o afetaram, disse das *“muitas pessoas que aqui moravam e que foram embora”*. Disse ainda que *“uma parte do bairro que era superpovoada, que era área mais próspera, digamos assim, acabou, está deserta”*.

Estes relatos me trouxeram a reflexão de que partes do bairro, cenários que aparentemente não tem nada e podem não dizer muito para pessoas de fora (como no meu caso), são locais revestidos de memórias de pessoas e territórios, com uma fluidez intensa, confirmando a ideia de Deleuze e Guattari de que um território é mais do que um espaço

físico delimitado, que a relação com a subjetividade o delimita, mas a partir de deslocamentos dos referenciais simbólicos também (ANJOS, 2006:42).

Essas lembranças mostram uma “desterritorialização” de partes do bairro e o que José Carlos dos Anjos apresenta como dois territórios se sobrepondo no tempo, a imagem-passado e a imagem-futuro coexistindo no tempo presente (2006: 33), mostrando que o físico e local transcendem a materialidade, sendo mais do que um espaço físico delimitado (Ibidem:42).

O conceito de desterritorialização do autor remete à ideia de Deleuze e Guattari sobre agenciamentos constantes de territórios. Território para estes autores é um objeto de relações, que não são fechados em espaços físicos necessariamente, podendo estar ligados à terra, mas também a afetos, noções, desejos etc. É um conceito muito amplo, como Guattari afirma:

“A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etimologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (GUATTARI e ROLNIK, 1986:323).

A partir dessa noção, há o entendimento de que podemos nos territorializar em qualquer coisa, a partir de agenciamentos e relações.

Já a desterritorialização é um vetor do território, um movimento que, no presente caso, é ligado ao bairro.

“A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual “se” abandona o território. É a operação da linha de fuga. Porém, casos muito diferentes se apresentam. A D pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada; nesse sentido, podemos dizer que a D é negativa. Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, “valer pelo” território perdido; com efeito, a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho ou sistema...” (DELEUZE e GUATTARI, 1997: 197).

Indissociavelmente concomitante ao processo de desterritorialização, há o outro vetor, a reterritorialização, que vem “compensar”, construir as relações desterritorializadas. Para os autores “*todo movimento de desterritorialização carrega consigo elementos de reterritorialização*” (Ibidem: 2). Ambos são importantes para entender práticas sociais e agenciamentos, que no caso do presente trabalho se dispõem sobre as mudanças de percepções e do que é ser/estar no bairro Córrego D’Antas.

Deleuze e Guattari, contudo, fazem um alerta:

“De forma que não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua. Daí todo um sistema de reterritorializações horizontais e complementares” (1996: 37).

A partir de breve descrição do processo de discussão e negociação dos moradores com a Prefeitura sobre a Revisão do Plano Diretor do município é possível entender o conceito de desterritorialização e reterritorialização como processos dinâmicos e múltiplos de novos agenciamentos sobre o bairro.

Cabe finalizar esta parte do trabalho afirmando que o lugar-trauma, além de compor cenários que dialogam com as mudanças e desterritorializações ligadas às experiências traumáticas, não deixou de trazer também, a partir da sua relação com os moradores, desejos de intervir nesse lugar e participar de processos políticos de luta pela sua reconstrução e afirmação de um lugar para se continuar morando.

Plano Diretor

O Plano Diretor de Nova Friburgo¹³ - a lei complementar nº 24 - foi homologado e entrou em vigor em 2007 (apesar de até 2012 não ter sido completamente implantado). Faz parte da política de desenvolvimento e gestão urbana e territorial do Município de Nova Friburgo. É uma lei municipal que estabelece diretrizes para a ocupação da cidade, e está embasado na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e na Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo.

¹³ No site oficial do Plano Diretor é possível ter acesso ao Plano (LC 24/2007), a LC 34/2007 (que inclui artigo 117 na LC nº 024), a LC 65/2012 (que aprova o Quadro II do Anexo II da LC nº 024), além de quadro e mapas. Disponível em <<http://www.planodiretornf2014.org/#!arquivos-2007/c1h9v>> (acesso em 12/02/2015).

Em março de 2014, a Prefeitura deu início às ações envolvidas no processo de revisão do Plano Diretor Municipal, através da sua Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável (SEMMADUS). A revisão do Plano Diretor é uma obrigatoriedade aos municípios com população superior a vinte mil habitantes, e deve ser realizada pelo menos a cada dez anos.

O processo se iniciou com um seminário apresentando o projeto de revisão. Neste seminário, além da apresentação, foi publicitada uma revisão com a “*garantia da gestão democrática e participativa*”, com suas reuniões comunitárias em todos os distritos do município, contemplando algumas de suas localidades (como o foi o caso do Córrego D’Antas). Para a revisão também foram montadas comissões para o seu acompanhamento, com representantes dos bairros também, além de entidades empresariais, profissionais, assistenciais, dentre outras.¹⁴

Os moradores do Córrego D’Antas, através da associação, se reuniram anteriormente aos encontros oficiais da Revisão do Plano Diretor e fizeram um estudo sobre o bairro e suas demandas que para eles deveriam ser levadas em conta no plano. Elaboraram então um material com todas as exigências a serem contempladas na revisão, divididas nos eixos: “Educação”; “Lazer, cultura e esporte”; “Saúde, saneamento básico e meio ambiente”; “Moradia, ocupação e ordem urbana”; “Transporte e acessibilidade”; e “Segurança”.

Quando iniciou a reunião convocada pelos representantes da SEMMADUS, os moradores já tinham o documento elaborado e puderam confrontá-lo com as propostas oficiais e o Plano Diretor de então que, segundo estes, contemplava muito pouco o bairro.

Durante as duas reuniões, as quais acompanhei e que descrevo na dissertação, foram muitos os momentos de conflito. As falas sobre planejamento e desenvolvimento, por parte dos representantes, por exemplo, apresentaram noções com as quais os moradores discordavam.

No início de uma das reuniões foi apresentado um vídeo sobre empreendimentos “verdes” na Europa, com construções de parques em áreas urbanas, mostrando que o concreto estaria dando lugar ao verde.

¹⁴ Ver detalhes do processo de escolha dos membros e das demais etapas da revisão do Plano Diretor na dissertação (CORREA, 2015).

O presidente da associação de moradores, enquanto apresentava o documento elaborado pelos moradores, questionou a fala de um gestor em um desses vídeos apresentados, onde o mesmo diz que o concreto deve ser cada vez mais retirado, para se colocar grama para as pessoas sentarem, seguindo os projetos elaborados na Europa. Para o morador a ideia é muito boa, mas deve ser colocada a partir de um pensamento mais crítico em relação ao que é desenvolvimento:

“Eu acho fantástico isso, só que eu acho que a gente tem que antes tentar mudar a mentalidade, não é(...) O que a gente pensa sobre desenvolvimento. É só desenvolvimento econômico? É só a gente crescer e crescer e ir plantando e colocando indústrias e logística e colocando isso tudo sem olhar para a questão social? A gente sabe que isso não funciona”.

Ao questionar a ideia de desenvolvimento, o membro da associação põe em xeque o desenvolvimento que é voltado para o bairro e faz referência ao projeto Parque Fluvial do INEA (Instituto Estadual do Ambiente), voltado para ações de desassoreamento, reflorestamento e arborização das margens do Córrego.

Desde a tragédia em 2011, o INEA vinha intervindo no bairro, afetando a vida dos moradores, por exemplo, na interdição e demolição de casas. O projeto do “Parque Fluvial” passa no meio do bairro, interditando uma extensa área entorno das margens do rio, o que acabou causando problemas para os moradores e até mesmo impedindo algumas ações que a prefeitura poderia tomar, como limpeza das margens, retirada de entulhos e escombros de casas etc., o que causou uma revolta e visão negativa em muitos residentes em relação à instituição.

Além da questão das dificuldades de obras e limpezas a serem feitas na região dos leitos do córrego, as indenizações (consideradas por alguns como “injustas”) também estavam atreladas ao órgão, o qual, segundo os moradores, durante muito tempo também tomou a frente das retiradas das pessoas de suas casas, das negociações e imposições, feitas até mesmo por “*pressão psicológica*” (CORREA, 2015: 151).

O projeto teve pouca participação efetiva da população (conforme críticas de moradores ligados ao seu “Comitê de Acompanhamento de Obras”- CAO) e não levou em conta, ou muito pouco, os aspectos sociais presentes no projeto e seu entorno. Além de toda essa problemática, não chegou a ser implementado. Sobre o projeto relacionado ao vídeo apresentado na reunião da Revisão do Plano Diretor, o morador ainda disse:

“E aí a gente viu isso aqui acontecer, tem uma proposta de retirar o concreto e colocar grama para a gente sentar. Só que qual é o concreto? É o concreto das casas das pessoas. Será que vão retirar o concreto de uma indústria que está aqui? (...) Retirar a casa do cidadão é fácil”.

Grande parte da área territorial do bairro é contemplada no Plano Diretor como “*zona de expansão orientada*” para atividades empresariais e industriais e não como área de habitação, lazer, comércio e serviços para os moradores. Estes sinalizaram na reunião o problema e exigiram que se modificassem o tamanho dessas zonas.

O presidente da associação apresentou a demanda do Córrego D’Antas como um bairro misto, mas que deveria ser levado em conta a quantidade de pessoas que ali moravam e que tudo teria que ser muito bem elaborado e consolidado. Citou também a tragédia para mostrar a importância dessa organização e entendimento a respeito do bairro.

Em alguns momentos foi possível perceber nas falas das representantes da SEMMADUS um desconhecimento das questões locais, pensando o Plano como uma execução formatada apenas nos moldes burocráticos e sem considerar as subjetividades locais, o que mostrava inconsistências das reuniões oficiais.

Esses exemplos relatados da reunião (dentre outros presentes na dissertação) apresentam o princípio territorial ou de desterritorialização do Estado, “*o qual liga o número a grandezas métricas (tendo em conta métricas cada vez mais complexas que operam a sobrecondição)*” (DELEUZE e GUATTARI, 1997: 55), levando em conta muitas vezes aspectos formatados, atravessando territorialidades subjetivas, deslocando espaços (exemplo das interdições, demolições) e impondo intensos processos de desterritorialização.

No entanto, como atrelada à desterritorialização está a reterritorialização, é possível, através de estratégias criadas na revisão do Plano Diretor por parte dos moradores e da sua imposição no que se refere ao bairro que estes querem, inferir este último agenciamento de Deleuze e Guattari como um processo dinâmico de compensação ao que o Estado impõe e causa.

Considerações finais

Algumas considerações podem ser feitas ao final deste trabalho. Uma primeira seria problematizar a questão dos desastres, apresentando o de 2011 como um evento dinâmico, que trouxe à tona uma multiplicidade de atores, especialistas, intermediários,

decretos e leis, siglas, instituições, definições administrativas, além de agenciamentos e relações. Esta multiplicidade “rizomática” (DELEUZE e GUATTARI, 1995) permite pensar nos processos de desterritorialização e reterritorialização a partir do evento.

A forma como os moradores percebem e vivenciam o ambiente (de maneira mais relacional), atrelada ao evento crítico tragédia, permite analisar como o cenário, as imagens e suas memórias são rearranjados tanto quanto os atores são reposicionados.

Portanto, além do ambiente nunca estar completo (INGOLD, 2000: 172), mas em constante construção e agência (e graças a isso também), os atores, imersos nos fluxos dos materiais, reposicionam-se e reformulam a percepção sobre o mesmo. No caso dos moradores do Córrego D’Antas, a reformulação e percepção perpassaram pela participação política de reconstrução do bairro e sua afirmação como território.

A tragédia no Córrego D’Antas impulsionou, portanto, mudanças físicas e subjetivas ocorridas na localidade que acabaram modificando o cenário cotidiano dos seus moradores, suas sociabilidades, rotas, memórias e muitas de suas concepções a respeito, por exemplo, da natureza, da vizinhança, da amizade, do futuro, entre outras abordagens.

Outras mudanças também aconteceram, impulsionadas por sua vez pela relação dos moradores e o Estado entre si e com o evento. Essas mudanças apontam novas relações e concepções múltiplas sobre o bairro, o meio ambiente, o planejamento urbano, a participação política, a moradia, a cooperação etc. (CORREA, 2015), levando aos vetores de desterritorialização e reterritorialização do bairro e de outras questões de maneira fluida e constante.

Bibliografia:

ANJOS, José Carlos Gomes dos. “**No Território da Linha Cruzada: A Cosmopolítica Afro-Brasileira**”. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CORREA, Maria Suellen Timoteo. “**A Política no Desastre em Nova Friburgo/RJ: uma análise da participação de moradores na reconstrução do bairro Córrego D’Antas**”. 2015. 189f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

DAS, Veena. “**Critical Events. An Anthropological Perspective on Contemporary Índia**”. Delhi: Oxford University Press, 1995.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. “**Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**”, vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. “**Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**”, vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.

EMPSON, R. “Separating and Containing people and things in Mongolia”. In: HOLBRAAD, M., WASTELL, S. (eds.) “**Thinking Through Things: Theorising Artifacts Ethnographically**”. London: Routledge, 2007.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. “**Micropolítica: cartografias do desejo**”. Petrópolis: Vozes, 1996.

GURAN, Milton. “Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica”. In **Discursos fotográficos**. Londrina, v.7, n.10, p.77-106, jan./jun. 2011. Disponível em <[170http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/viewFile/9215/7841](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/viewFile/9215/7841)>(Acesso em: 18 set. 2014).

HOLBRAAD, M., WASTELL, S. (eds.) “**Thinking Through Things: Theorising Artifacts Ethnographically**”. London: Routledge (pp. 113-140), 2007.

INGOLD, Tim. “**The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill**”. London: Routledge, 2000.

_____. “**Being Alive. Essays on Movement, Knowledge and Description**”. London and New York: Routledge, 2001.

LATOUR, Bruno. “**Reagregando o Social**. Uma introdução à teoria do ator-rede”. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

_____. “**A Ecologia Política sem a Natureza**”. Conferência. Proj. História, São Paulo, (23) Nov. 2001.

POLLAK, Michael. “**Memória, esquecimento, silêncio**”. Estudos Históricos, vol. 2, nº 3. 1989.

TURNER, Victor. “**Dramas, Campos e Metáforas: Ação simbólica na sociedade humana**”. Niterói: EDUFF, 2008.